



# O financiamento da assistência estudantil no ensino superior no Brasil na conjuntura da financeirização do capital (2015-2022)

*The financing of student assistance in higher education in Brazil in the context of capital financialization (2015-2022)*

*La financiación de la asistencia estudiantil en la enseñanza superior en Brasil en el contexto de la financiarización del capital (2015-2022)*

CRISTIANE PRACIANO LAURIANO DE LIMA<sup>1</sup>

MARIA APARECIDA DOS SANTOS FERREIRA<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva analisar o processo de financeirização do capital e a forma como o financiamento da Assistência Estudantil nas universidades públicas federais brasileiras vem sendo moldado, nessa conjuntura. A pesquisa é de cunho qualitativo e utiliza como procedimentos técnico-metodológicos a revisão bibliográfica e a análise documental. Os achados da pesquisa permitiram inferir que o financiamento da Assistência Estudantil sofre os efeitos deletérios, gerados pela expansão do capital rentista, que é alimentado e sustentado, entre outros, pelo fortalecimento da dívida pública.

**Palavras-chave:** Financeirização do capital, Capital fictício, Assistência Estudantil.

**Abstract:** *The aim of this article is to analyze the process of capital financialization and the way in which the financing of Student Assistance at Brazilian federal public universities has been shaped in this context. The research is qualitative in nature and uses bibliographic review and documentary analysis as its technical-methodological procedures. The findings of the research allowed us to infer that the financing of Student Assistance suffers the deleterious effects generated by the expansion of rentier capital, which is fed and sustained, among other factors, by the strengthening of the public debt.*

**Keywords:** *Financialization of capital, Fictitious capital, Student assistance.*

1 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6206-8682>. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Programa de Pós-Graduação em Educação e Secretaria de Educação, Itaipococa, CE, Brasil.

2 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6213-8916>. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Programa de Pós-Graduação em Educação e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus* São Paulo do Potengi, São Paulo do Potengi, RN, Brasil.

**Resumen:** *El objetivo de este artículo es analizar el proceso de financierización del capital y la forma en que la financiación de la Asistencia Estudiantil en las universidades públicas federales brasileñas se ha configurado en este contexto. La investigación es de naturaleza cualitativa y utiliza como procedimientos técnico-metodológicos la revisión bibliográfica y el análisis documental. Los resultados de la investigación permitieron inferir que la financiación de la Asistencia Estudiantil sufre los efectos deletéreos generados por la expansión del capital rentista, que es alimentado y sostenido, entre otras cosas, por el fortalecimiento de la deuda pública.*

**Palabras clave:** *Financiación del capital, Capital ficticio, Asistencia a estudiantes.*

## INTRODUÇÃO

No decorrer dos diversos momentos históricos, o capitalismo, em busca de soluções para as crises cíclicas que o orbita, resultado das contradições internas que ele mesmo produz, vem se metamorfoseando em diferentes facetas: comercial, industrial e financeiro. Em todas essas facetas, o capitalismo se reinventa, adquire novas formas de se reajustar às crises e procura novos campos em que possa ampliar os seus sustentáculos de atuação.

Na atualidade, “a busca incessante pela produção e pela apropriação diferenciada da riqueza real excedente” (Nakatani; Gomes, 2015, p. 247), responsável por aprimorar o fenômeno da financeirização, [que] se centra na primazia do capital voltado à acumulação e valorização nos mercados financeiros, que rende juros e/ou ganhos especulativos (Chesnais, 2016), desvela uma outra vertente de domínio do capitalismo: a riqueza fictícia.

Nessa vertente, “o valor expresso ficticiamente nas formas mais sofisticadas de especulação, de apostas sobre posições no futuro, entra em contradição com o conjunto das relações sociais do presente” (Nakatani; Gomes, 2015, p. 247), colocando em xeque alternativas possíveis que tragam algum alento para questões cruciais como moradia, saúde, educação e trabalho, voltadas aos estratos mais empobrecidos da população mundial.

Assiste-se, com essa nova etapa de reprodução do capital, especialmente a partir da década de 1970, a uma crise estrutural. Nela, mesmo os países centrais, como Itália, Portugal e França, encontram dificuldades de solucionar os seus problemas, principalmente os financeiros, e começam a questionar as saídas imputadas pela ideologia dominante do capitalismo.

No entanto, nesse processo, o capitalismo não se enfraquece, uma vez que “são os capitalistas e seus intelectuais orgânicos que continuam comandando as instituições internacionais e estatais, propondo as formas políticas de intervenção pública” (Ibidem, p. 249).

É sob esse contexto de comando das instituições e da necessidade de superação das suas crises que o capitalismo vê na intervenção estatal uma forma de salvaguardar seus lucros. “Os empréstimos ao Estado, mediante a compra de títulos do governo nos mercados financeiros, consistem em uma possibilidade de valorização de capitais através da apropriação de uma parte dos recursos futuros do Estado por meio de juros da dívida” (Barbosa, 2020, p. 3).

O que ocorre é um ciclo em que o Estado toma empréstimos através da venda de títulos, injeta esse dinheiro na economia por meio dos seus gastos (infraestrutura, saúde, educação, entre outros) e, ao circular na economia, esse dinheiro é utilizado para comprar produtos e serviços, permitindo a reposição do capital aos capitalistas (Trindade, 2011).

A dívida pública, contraída por meio do Estado, nesse sentido, alimenta o sistema estrutural do capitalismo, uma vez que o Estado, ao financiar parte das suas operações através da extração de mais-valor dos trabalhadores, utiliza os impostos para remunerar os detentores de títulos da dívida, muitas vezes desvinculados da esfera produtiva, contribuindo, assim, para a acumulação de capital fictício na esfera financeira (Sabadini, 2011; Barbosa, 2016).

Há, nesse jogo de cartas marcadas, entre o Estado e os detentores do capital, um ganhador em potencial — os grandes aglutinadores do capital. Estes últimos veem, de um lado, a “dívida pública como um sustentáculo da financeirização ao se transformar num grande mecanismo de transferência de riqueza para a esfera financeira via juros da dívida [...]” e, de outro, “um recurso para conter ou retardar a desvalorização massiva dos preços dos ativos financeiros nas crises, ao viabilizar as operações de salvamento dos capitais financeiros fragilizados” (Barbosa, 2020, p. 5).

Para a estabilização da riqueza capitalista, por este viés, são secundarizadas as políticas sociais, dentre elas, as de educação. Os países da América Latina, entre os quais se destaca o Brasil, não ficaram imunes às garras da ambição desgovernada da expansão das riquezas no capitalismo contemporâneo que são realizadas em detrimento dos direitos sociais. Sobreleva-se, neste artigo, o financiamento das políticas de Assistência Estudantil como parte das políticas sociais de educação superior, que vem sendo solapado ano após ano. Os recursos para o financiamento de tal política são mitigados, congelados, contingenciados, sempre com o discurso de se manterem as metas fiscais e ajudar o crescimento econômico do país. Por outro lado, os juros da dívida pública permanecem intactos. O dinheiro para pagar esses juros são garantidos. Para o capital rentista, não há limitação nas metas fiscais. É o capital rentista, pois, quem dita os rumos do Estado para as políticas sociais.

Seguindo-se, portanto, este viés reflexivo, o artigo em tela objetiva ampliar a compreensão acerca do processo de financeirização do capital, bem como analisar a forma como o financiamento da Assistência Estudantil na Educação Superior no Brasil no período de 2015 a 2022 vem sendo moldado, nessa conjuntura. Importa realçar que o financiamento dessa Assistência Estudantil será perspectivado apenas no âmbito público, com foco para o financiamento da Assistência Estudantil voltada aos estudantes de graduação nas universidades públicas federais, não tendo, pois, em seu escopo, o cerne de analisar o financiamento nas Instituições de Educação Superior Privadas.

A pesquisa é de cunho qualitativo e utilizou a revisão bibliográfica como procedimento técnico-metodológico. Tal procedimento tomou como ponto de incursão a leitura e análise de pesquisas realizadas em livros, periódicos, artigos científicos e websites, que abordavam o tema da financeirização do capital e do financiamento da Assistência Estudantil no Brasil. Com o intento de compor um quadro temático dos construtos teóricos já realizados, reunir informações acerca do objeto de estudo pesquisado e (re)construir, a partir de tal quadro, novas possibilidades de compreensão, a pesquisa bibliográfica tomou como referência os autores: Carcanholo e Sabadini (2009); Behring e Boschetti (2011); Nakatani e Gomes (2015); Marx (2017), entre outros.

Ainda como procedimento técnico-metodológico, utilizou-se a pesquisa documental, sendo o registro estatístico a sua principal fonte. Para esse procedimento, adotaram-se fontes oficiais de dados abertos presentes em repositórios da internet, especialmente do Banco Mundial, do Banco de Compensações Internacionais (BIS) e do Painel do Orçamento Federal (SIOP).

Assim, este artigo será estruturado em quatro seções, incluindo-se esta seção de introdução. Na segunda seção, apresentam-se considerações acerca do processo de financeirização do capital, abordam-se questões pertinentes à consolidação do capital fictício em detrimento do capital produtivo. Busca-se analisar a forma como os ativos financeiros em escala mundial são ampliados e valorizados, servindo para alimentar a lucratividade do capital contemporâneo. Na terceira seção, trazem-se apontamentos pertinentes ao financiamento da assistência estudantil para os estudantes de graduação nas universidades públicas federais brasileiras, empreende-se a investigação para estabelecer os rebatimentos da financeirização do capital nessa política pública. E, por fim, na quarta seção, faz-se o arremate do que foi analisado, apresentando as conclusões provisórias do estudo proposto.

## A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL E AS TRANSFORMAÇÕES EMERGENTES DO CAPITAL FICTÍCIO

A partir da década de 1970, especialmente com a quebra do acordo de Bretton Woods, mas também em função de transformações político-econômico-sociais que assinalaram o enfraquecimento do padrão de produção fordista, assiste-se a uma nova etapa de reestruturação do capitalismo: a financeirização. Esse fenômeno apresenta-se como dinâmica de crescimento das economias capitalistas em todo o mundo. Ele não apenas indica a supremacia das transações financeiras sobre as produtivas, mas também evidencia uma transformação na relação entre a produção tangível e a circulação de valores, resultando na emergência do chamado capital fictício (Silva, 2020).

Para essa nova etapa de acumulação capitalista, a reestruturação produtiva, na qual as mudanças na maneira como as empresas organizam a sua produção, adotando tecnologias mais avançadas, realocando recursos e reconfigurando as suas estratégias para aumentar a eficiência e reduzir custos, aliada às políticas neoliberais, as quais promovem a redução da intervenção estatal na economia, incentivando a liberalização dos mercados e a abertura para investimentos estrangeiros, foram fatores preponderantes que potenciaram a sua ascensão (Santos, 2019).

Além disso, esse processo foi impulsionado pelo avanço tecnológico que permitiu a conectividade via redes de informática. Por essa via, as empresas nacionais e transnacionais se interligam globalmente, há uma rápida troca de informações, facilitando as transações e o compartilhamento de recursos de maneira fluida e eficiente.

Seguindo essa reflexão teórica e na tentativa de se ampliar a compreensão no que tange à financeirização do capital, recorre-se, neste artigo, inicialmente às formulações de Marx (1991). Este autor explora a ideia de capital fictício como sendo um desdobramento do capital portador de juros. Para explicar como o movimento desse capital é engendrado nas relações capitalistas, Marx (1991) utiliza a fórmula  $D-D'$ , onde o dinheiro inicialmente investido como capital ( $D$ ) gera mais dinheiro ( $D' = D + \Delta D$ ) através do processo de investimento e exploração da força de trabalho. Essa fórmula representa o ciclo do capital investido que, quando utilizado de maneira capitalista, gera mais valor do que o inicialmente investido (p. 461).

Nessa dinâmica, o juro é descrito como um mecanismo pelo qual o capital aumenta o seu próprio valor sem depender do processo produtivo ou da geração de mais-valia através do trabalho. Isso implica dizer que a produção, que é a mediação necessária para a valorização do capital no processo produtivo, desaparece quando se trata do capital que gera juros (Ibidem).

No capital portador de juros, consoante afirma Marx, é o uso do dinheiro como forma de mercadoria que o caracteriza. Já no que se refere ao capital fictício, não há mais o dinheiro de forma ‘real’, ou seja, a mercadoria-capital não é mais o dinheiro em si mesmo, mas sim os fluxos de renda futuros. Os investimentos, partindo dessa ideia, não são mais apenas bens tangíveis ou ativos reais, mas expectativas de renda a serem geradas no futuro. Esses fluxos de renda futura são tratados como mercadorias, pois têm valor e podem ser comercializados.

Nesse ínterim, a transformação dos direitos sobre os fluxos de renda futura em ativos financeiros cria um mercado onde esses direitos são negociados. O mercado financeiro, dessa forma, é o cenário principal onde essa negociação acontece, com investidores negociando ativos baseados nas suas expectativas sobre a futura geração de renda a partir desses direitos. A financeirização do capital vai sendo transfigurada a partir dessa lógica, embora na literatura não haja consenso acerca do tema.

Chesnais (2003), um dos expoentes que trata do conceito de financeirização do capital, ressalta que essa nova forma de acumulação capitalista se evidencia por meio de uma lógica financeira em que há predomínio do caráter rentista e especulativo. Nesse processo, consoante este autor, é possível perceber ao menos quatro componentes que se estabelecem em cadeia: a) há uma tendência de o capital operar a curto prazo, buscando retornos imediatos, muitas vezes à custa do investimento produtivo e do aumento da eficiência na produção. Privilegiam-se, por esse viés, os acionistas e a valorização das ações, em detrimento do aumento da produtividade; b) o foco na governança corporativa e na organização da produção resulta em estruturas empresariais flexíveis, que frequentemente reduzem a dependência da mão de obra e recorrem a práticas de trabalho precárias, como a terceirização; c) expande-se, daí, a exploração da mais-valia. A busca de lucros, por essa lógica de acumulação capitalista, efetiva-se através do aumento da jornada de trabalho e da redução dos salários, sem necessariamente aumentar a produtividade do trabalhador; d) cria-se uma dinâmica de consumo baseada na concentração de renda e na exclusão social. Dessa forma, pode-se dizer que esse regime econômico gera grandes lucros para alguns setores, mas com uma baixa acumulação de capital produtivo.

Esse movimento particular do capitalismo contemporâneo, que objetiva a “obtenção de rendas sem produção material de riquezas”, conforme assinalam Nakatani e Gomes (2015, p. 255), reflete “a busca de toda forma de valorização da massa excedente do capital” (Ibidem). Os autores ressaltam que esta performance é resultado do aumento da quantidade de dinheiro disponível, gerado pela centralização do capital, desde os anos de 1980, não somente internamente, mas também encetada pelo acúmulo de eurodólares e petrodólares.

Nesse cenário, administradores de fundos de investimento, investidores institucionais (como grandes fundos mútuos), fundos de pensão, seguradoras e detentores de grandes fortunas passaram a desempenhar um papel mais ativo no mercado financeiro global, buscando oportunidades para investir esse dinheiro disponível. Dessa forma, esses recursos, para atender a essa massa do capital e gerar lucros sem precedentes, são “aplicados fundamentalmente em títulos públicos, títulos privados e em bolsas de valores” (Ibidem).

A Tabela 1, apresentada a seguir, desvela a evolução do estoque dos ativos financeiros<sup>3</sup> globais, dimensionando como foram preservados os valores de tais ativos, na conjuntura mundial, no período analisado.

**Tabela 1 - Evolução do estoque global dos ativos financeiros (2015-2022)**  
(valores em trilhões de US\$)

Grupo	Ano							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Total</b>	<b>310,37</b>	<b>333,34</b>	<b>351,97</b>	<b>356,49</b>	<b>382,29</b>	<b>424,09</b>	<b>457,14</b>	<b>454,97</b>
<b>Setor Bancário</b>	<b>156,78</b>	<b>168,24</b>	<b>174,40</b>	<b>178,82</b>	<b>186,84</b>	<b>212,50</b>	<b>226,22</b>	<b>236,51</b>
Bancos	20,30	22,68	24,54	24,93	25,54	34,11	38,06	35,18
Bancos Centrais	121,39	129,56	133,08	136,58	143,49	159,26	168,20	179,82
Instituições Financeiras Públicas	15,09	16,00	16,78	17,31	17,81	19,13	19,96	21,51
<b>Setor Não Bancário</b>	<b>153,59</b>	<b>165,10</b>	<b>177,57</b>	<b>177,67</b>	<b>195,45</b>	<b>211,59</b>	<b>230,92</b>	<b>218,46</b>
Seguradoras	27,44	28,98	30,45	30,74	33,85	36,16	37,97	35,61
Fundos de Pensão	30,74	32,53	34,72	35,01	38,55	40,89	43,58	40,93
Outros Intermediários Financeiros	93,81	101,87	110,45	109,88	120,67	132,01	146,53	139,15
Auxiliares Financeiros	1,60	1,72	1,95	2,04	2,38	2,53	2,84	2,77

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados extraídos do Conselho de Estabilidade Financeira (2024).

3 Os ativos financeiros são classificados pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN) em categorias que refletem, grosso modo, uma liquidez decrescente: ouro monetário e direitos especiais de saque; moeda e depósitos (inclusive posições interbancárias, depósitos de poupança e a prazo fixo, bem como operações compromissadas, quando relativas a passivos de instituições receptoras de depósitos e incluídas nas medidas nacionais dos agregados monetários); títulos de dívida; empréstimos (não negociáveis, com possível reclassificação como títulos dos empréstimos que se tornam negociáveis); ações e quotas em fundos de investimento (divididos em *money market funds* e outros fundos); seguros e direitos previdenciários; derivativos financeiros; outras contas a receber/pagar (European Commission et al., 2009).

Da análise da Tabela 1, depreende-se que o total do estoque dos ativos financeiros globais evidencia uma evolução crescente em todos os anos da série histórica analisada, exceto em 2022. Observa-se que o setor bancário mostrou evolução positiva neste período, apresentando, em relação ao setor não bancário, um maior crescimento. Enquanto o setor bancário, em 2022, em equiparação ao ano de 2015, cresceu 51%, o setor não bancário, usando como parâmetros os anos de 2015 e 2022, cresceu 42%. Importante realçar que o setor não bancário apresentou queda nos seus estoques de ativos financeiros no ano de 2022, na ordem de 5%, representando uma redução, em relação ao ano de 2021, de US\$ 12,46 trilhões de dólares. Sob a égide da nova acumulação financeira dos mercados de capitais, o domínio das instituições bancárias e não bancárias “comandam o movimento de fluxos de capital financeiro” (Santos, 2011, p. 27). O “ciclo econômico real passa a ser comandado, [a partir dessa vertente], pelo ciclo de valorização e desvalorização de tais ativos” (Corazza, 2005, p.125).

Como resultado dessa dinâmica macroeconômica e política global, encetada pelo paradigma do capital fictício, prevalece uma busca incessante pelo fortalecimento da demanda por títulos e a sua valorização. Para tanto, as empresas privadas são levadas a reorganizar os seus processos produtivos, o que ocasiona diminuição nos postos de trabalho. Paralelamente a essas ações, os governos adotam políticas de austeridade nos orçamentos públicos, trazendo rebatimentos diretos no provimento de políticas sociais.

Na esteira da composição desse arcabouço teórico, a Tabela 2, posteriormente exposta, anuncia outra forma de capital fictício — a capitalização de mercado, ou o valor de mercado, que é o valor total das ações em circulação de uma empresa em determinado momento.

**Tabela 2 - Capitalização de mercado ou valor de mercado das empresas em bolsas (bilhões de US\$) 2015-2020**

Regiões	Ano					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Mundo</b>	62.268,1	65.117,7	79.501,9	68.893,0	78.825,5	93.686,2
<b>Países-Membros da OCDE</b>	43.144,3	45.920,6	55.523,5	48.960,3	52.220,5	60.820,2
<b>América do Norte</b>	26.662,7	29.348,2	34.490,4	32.376,6	36.302,8	43.361,3
<b>União Europeia</b>	6.313,0	6.371,3	8.223,9	5.789,0	s/d	s/d
<b>Área do Euro</b>	6.120,6	6.171,8	7.944,6	5.558,2	s/d	s/d
<b>Europa e Ásia Central</b>	8.645,0	8.841,1	11.094,1	s/d	s/d	s/d
<b>América Latina e Caribe</b>	1.306,4	1.596,4	2.026,6	1.829,9	2.114,2	1.796,9
<b>Oriente Médio e Norte de África</b>	1.403,9	1.318,8	1.361,8	1.415,4	3.689,8	4.665,7

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados extraídos do Banco Mundial (2024).

Nota: s/d – sem dados.

É possível perceber, pelos dados da Tabela 2, que em todas as regiões analisadas, no período de 2015 a 2020, houve acréscimos no valor de mercado das ações das empresas, com exceção para o ano de 2018, que apresentou uma queda nessa valorização em todas as regiões nas quais havia dados disponibilizados no Banco Mundial. À parte desse decréscimo na valorização das ações das empresas no mercado no ano de 2018, encontra-se a região do Oriente Médio e Norte da África, que não apresentou redução nos seus valores em tal ano, mas, sim, em 2016. Salienta-se também que na América Latina e Caribe houve uma desvalorização do valor de mercado das empresas em bolsas, além do ano de 2018, no ano de 2020.

Carcanholo e Sabadini (2009, p. 44) argumentam que, sob a perspectiva do capital, há uma necessidade de as empresas relacionarem o seu valor patrimonial com o valor de mercado. Para esses autores, as ações

permitem obter um rendimento anual e, ademais, podem ser vendidas no mercado. [...] as ações constituem capital fictício pelo fato de que representam uma riqueza contada duas vezes: uma, o valor do patrimônio da empresa; outra, o valor delas mesmas. A prova de que isso é verdade é que ambos os valores podem servir de garantias, por exemplo, para créditos bancários. Podem ser contadas duas vezes, ou três, ou mais, graças à existência de empresas holdings.

O principal mote de obtenção de valor de mercado das empresas, na conjuntura do capital fictício, é o de que os “agentes que investem [neste] capital esperam que o mesmo se valorize em razão de uma expectativa futura de retorno” (Ibidem). Essa abordagem permite dizer que a valorização de valor de mercado das empresas baseia-se mais em expectativas e projeções do que em valores tangíveis ou imediatos. Encontra-se, neste âmbito, uma especulação de retornos financeiros futuros que serão delimitados por diversas variáveis como: demanda do mercado, percepção do público, cenários econômicos, entre outros fatores.

No lineamento desse viés, a Tabela 3, posta a seguir, evidencia a forma como o crescimento do percentual de valor de mercado das empresas em bolsas em relação ao PIB mundial se configura.

**Tabela 3 - Capitalização de Mercado ou valor de mercado das empresas em bolsas - Mundo, PIB Mundial e porcentagem de variação de crescimento no período de 2015-2020 (valores em trilhões de US\$)**

Ano	Valor de mercado das empresas em bolsas – Mundo	Δ%	PIB Mundial	Δ%
2015	62,3	-	75,2	-
2016	65,1	5%	76,5	2%
2017	79,5	22%	81,4	6%
2018	68,9	-13%	86,5	6%
2019	78,8	15%	87,7	1%
2020	93,7	19%	85,2	-3%
Δ% 2015-2020	-	50%	-	13%

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados extraídos do Banco Mundial (2024).

No período analisado, o valor das empresas em bolsa saiu de US\$ 62,2 trilhões de dólares para US\$ 93,6 trilhões de dólares, uma variação percentual de 50%. No mesmo período, o PIB mundial passou de US\$ 75,2 trilhões de dólares para US\$ 85,2 trilhões de dólares, uma variação de 13%. Destaca-se que, em 2020, o valor de mercado das empresas em bolsas superou o PIB mundial. Em termos gerais, isso implica dizer que, em 2020, o valor dessas ações foi maior que toda a riqueza real que o mundo inteiro conseguiu produzir.

No bojo dessas reestruturações do capital, encontra-se também o capital fictício na forma de dívida pública. Os títulos públicos, conforme aduz Barbosa (2020, p. 1), “se tornaram um instrumento importante para segurança e valorização financeira do capital”. Isso ocorre porque, ao investir em títulos da dívida pública, os detentores desses títulos se tornam credores do governo. Em troca do dinheiro

emprestado através da compra desses títulos, eles têm o direito de receber de volta o valor investido junto com os juros, que são geralmente financiados pela receita que o governo obtém por meio dos impostos pagos pela população (Marx, 2017).

Nesta dinâmica, a quantidade significativa desses títulos públicos nas mãos de investidores e instituições detentoras de riqueza financeira, como bancos, fundos de investimento, fundos de pensão e seguradoras, acabam levando essas instituições a terem a capacidade de intervenção no Estado e na definição das políticas públicas. Ao possuírem uma parte dos recursos futuros do Estado na forma desses títulos, tais instituições passam a ter interesse em direcionar as políticas governamentais de modo a proteger seus investimentos e maximizar seus ganhos financeiros (Chesnais, 2016). As políticas públicas, nesse sentido, vão sendo moldadas conforme os interesses do mercado.

A Tabela 4, posta adiante, com dados compilados do Banco de Compensações Internacionais (BIS) referentes aos títulos de dívida interna dos governos selecionados, nos traz um panorama da maneira como os empréstimos ao Estado, mediante a compra de títulos do governo nos mercados financeiros, consubstanciam-se como um mecanismo de valorização desse capital.

**Tabela 4 - Evolução dos títulos da dívida interna de governos selecionados, 2015-2022 (valores em US\$ bilhões)**

Países Selecionados	Ano							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Argentina	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	128,3	155,6
Brasil	994,0	1.385,5	1.538,0	1.415,8	1.840,2	1.284,8	1.320,8	1.482,7
Canadá	898,7	956,3	1.067,9	1.012,7	1.094,8	1.473,6	1.608,0	1.553,5
China	2.382,5	3.250,5	4.326,3	4.799,0	5.536,2	7.049,9	8.386,5	8.763,9
França	1.967,9	1.954,8	2.301,6	2.284,9	2.329,3	2.846,5	2.820,1	2.787,5
Japão	7.933,4	8.358,4	8.854,6	9.194,8	9.490,2	10.797,9	9.756,1	8.894,4
México	347,4	290,6	328,9	352,7	405,5	429,2	493,9	562,1
Reino Unido	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	2.571,9	2.779,0	2.619,9

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados extraídos do Banco de Compensações Internacionais<sup>4</sup>. (2024).

Nota: s/d – sem dados.

<sup>4</sup> Os dados compilados do Banco de Compensações Internacionais foram referentes ao quarto trimestre de cada ano. Disponível em: <https://www.bis.org/statistics/secstats.htm?m=202>. Acesso em: 02 jan. 2024.

Do que consta na Tabela 4, salienta-se que a dívida interna dos governos cresceu no ano de 2022, em equiparação ao ano de 2015, em todos os países selecionados para esta análise, conforme dados disponibilizados no Banco de Compensações Internacionais. Destaca-se que, no Brasil, essa dívida passou de US\$ 994,0 bilhões de dólares, em 2015, para US\$ 1.482,7 trilhão de dólares, em 2022, um aumento de 49%, neste período. Para Barbosa (2020, p. 11)

o uso cada vez maior desses papéis como colateral dos empréstimos no sistema financeiro ajuda na estabilização dos mercados financeiros. A segurança apresentada pelos títulos públicos faz com que eles sejam parte importante do ativo das instituições financeiras e dos investidores institucionais e garantia nas operações de financiamento, inclusive no interbancário.

A partir dessa conjuntura, reafirma-se o papel essencial assumido pela dívida pública no processo de sustentação da financeirização no capitalismo contemporâneo, uma vez que ela se consolida “como grande mecanismo de transferência de riqueza para a esfera financeira, essencialmente via juros da dívida” (Ibidem, p. 11).

O pagamento da dívida e dos seus juros realizados por meio dos títulos públicos, instada pelos aglutinadores do capital, ocasiona uma pressão no Estado para que ele equilibre suas finanças. Para tanto, são propostos o sufocamento do orçamento para as políticas sociais. Para essas políticas, o orçamento deve ser focalizado, pautado na austeridade fiscal e no discurso de se manter o equilíbrio entre receitas e despesas. A dominância pela esfera financeira parece minar alternativas que viabilizem, para as populações mais pauperizadas mundialmente, uma melhor condição de vida, por meio das políticas sociais.

É com esse olhar, portanto, para a dominância da esfera financeira, que infla a dívida pública e diminui o orçamento para as políticas sociais, que o financiamento da assistência estudantil nas universidades públicas federais será abordado na próxima seção.

## **FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL NA CONJUNTURA DA FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL**

Viu-se que o processo de ampliação e reestruturação capitalista, que tem na dívida pública uma das suas estratégias de recomposição das taxas de lucratividade, apresenta rebatimentos diretos nas políticas sociais. Há, nessa dinâmica direcionada ao atendimento das demandas de expansão do capital, uma reconfiguração do papel do Estado, para que ele priorize os gastos financeiros — remuneração e amortização da dívida pública, em detrimento dos gastos com as políticas sociais (Barbosa, 2016).

Evidencia-se, por essa faceta de ampliação e valorização do capital fictício, que os recursos arrecadados pelo Estado, via tributos, são usados de forma crescente para remunerar esse capital. Na visão da ideologia predominante, essa extração de parte da riqueza nacional é disfarçada sob a máscara do “superávit primário” e do “ajuste fiscal”. A estratégia de acumular esses superávits é fundamental para que o Estado possa recompensar os investimentos de capitais nacionais e estrangeiros, mas estes estão inseridos em uma lógica de acumulação que não contribui para o desenvolvimento social. O impacto mais evidente disso é a redução dos recursos direcionados para as políticas sociais (Behring; Boschetti, 2011).

Nesse ínterim, as políticas de educação e, em especial, aqui tratadas, as políticas de financiamento da Assistência Estudantil para os estudantes de graduação das universidades públicas federais não ficam imunes aos mecanismos impostos pela necessidade de manutenção da rentabilidade do capital fictício, portanto, essas políticas passam a ser pressionadas pela hegemonia do bloco no poder, para que sejam consolidadas com menores investimentos públicos.

É importante destacar que o financiamento da Assistência Estudantil para os estudantes de graduação nas universidades públicas federais resulta, ao longo do processo histórico da educação superior brasileira, de reivindicações e lutas de professores, gestores, estudantes e entidades civis, em prol da necessidade de se estabelecerem políticas assistenciais direcionadas aos estratos mais vulneráveis economicamente, que acessam a educação superior. O objetivo dessa política é possibilitar aos estudantes mais pauperizados o ingresso, a permanência e a conclusão da graduação com sucesso e qualidade educacional socialmente referenciados.

Os movimentos ideo-políticos que atravessaram/atravessam a Assistência Estudantil, desde a construção da casa do Estudante em Paris em 1928, perpassando pelo Decreto nº 7.234 de 2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), até as tentativas feitas, por meio de projetos na Câmara Federal, em 2021, para a consolidação dessa política como uma lei governamental, simbolizam as transformações que foram se efetivando na Educação Superior brasileira no decurso histórico. Tais transformações, que permitiram na educação superior o ingresso de estudantes não tradicionais, exigiram o aprimoramento de políticas assistenciais que possibilitassem a esses estudantes não apenas ingressarem, mas permanecerem e concluírem essa etapa educacional.

No Brasil, salienta-se que o financiamento da Assistência Estudantil é efetivado primordialmente pelo Governo Federal, via Ministério da Educação. Os programas que recebem recursos da União para fins de assistência estudantil contam, ainda, com o reforço orçamentário oriundo de receitas próprias das universidades e de recursos provenientes de emendas parlamentares (Martins, 2023).

Dentre os principais programas de Assistência Estudantil no Brasil para os estudantes de graduação das universidades públicas federais destacam-se: o PNAES, o Incluir e o PROMISAES, os quais são vinculados ao Ministério da Educação e apresentam-se sob a Ação Orçamentária 4002 — Assistência ao Estudante de Ensino Superior.

Para se compreender, portanto, os rebatimentos aportados nas políticas de financiamento da Assistência Estudantil encetados pelo capitalismo contemporâneo, e, assim, obter uma compreensão totalizante, analisa-se, inicialmente, como tem se efetivado a alocação de recursos públicos para as políticas de educação e a alocação de recursos para o pagamento da dívida pública executados pela União no período de 2015 a 2022. A Tabela 5, apresentada posteriormente, indicia esse movimento.

**Tabela 5 - Evolução do total do orçamento executado pela União, porcentagem dos recursos executados para a educação e para o pagamento de juros e amortização da dívida pública (2015-2022)**

Ano	Orçamento Geral da União Executado (Valores em Trilhões de reais) (A)	% de (A) para a Educação	% de (A) para o pagamento de Juros e Amortização da Dívida Pública
2015	R\$ 2,268	3,91%	42,43%
2016	R\$ 2,572	3,70%	43,94%
2017	R\$ 2,483	4,10%	39,70%
2018	R\$ 2,621	3,62%	40,66%
2019	R\$ 2,711	3,48%	38,27%
2020	R\$ 3,535	2,49%	39,08%
2021	R\$ 3,861	2,49%	50,78%
2022	R\$ 4,060	2,70%	46,30%

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados extraídos da Auditoria Cidadã (2024).

Os dados da Tabela 5 deixam entrever que, na série histórica analisada, do total de recursos executados pela União, mais de 40%, exceto nos anos de 2017, 2019 e 2020, foram direcionados ao pagamento dos juros e amortização da dívida pública. Para as políticas de educação, os valores deste orçamento não ultrapassaram 4,10% em nenhum ano verificado. É importante destacar que, em 2021, os recursos para o pagamento dos juros e amortização da dívida pública consumiram 50,78% do orçamento geral da União, enquanto a educação só obteve 2,49% desse orçamento.

Matias, Mendes e Carnut (2023, p. 10) enfatizam que “muito distante e contrariamente à falácia de um Estado mínimo, o que a realidade vem elucidando é a participação crescente do Estado na economia de modo a acelerar e facilitar a

transferência do fundo público para assegurar a reprodução ampliada do capital”. Para estes autores, em um cenário “em que, cada vez mais, o pagamento da dívida pública é posto pelos chefes de Estado, pelos organismos multilaterais, mídia hegemônica, se espraiando no senso comum da sociedade como algo inevitável, obrigatório e indiscutível” (Ibidem, p. 11), faz-se urgente a análise e contestação dos efeitos nocivos da dívida pública. Vê-se que, para se garantir o pagamento dessa dívida, quase 50% do orçamento público no Brasil fica comprometido. O que sobra será dividido para todas as outras demandas sociais — infraestrutura, educação, saúde, segurança, pagamento de pessoal, entre outros.

Em diálogo com essas reflexões e particularizando, assim, os recursos direcionados para a política de Assistência Estudantil nas universidades públicas federais, a Tabela 6, retratada logo após, revela o montante de recursos direcionados à assistência estudantil, a partir da ação orçamentária 4002, nos anos de 2015 a 2022.

**Tabela 6 - Evolução dos valores totais de dotação inicial, dotação atual, empenhados e liquidados para a Assistência Estudantil<sup>5</sup>, nos anos de 2015 a 2022 (Valores em R\$, a preços de dezembro de 2022, corrigidos pelo IPCA)**

Ano	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado
2015	1.561.106.454,14	1.571.557.839	1.345.424.144	1.137.261.207
2016	1.464.055.894,78	1.450.483.744	1.371.524.622	1.173.228.349
2017	1.338.657.949,25	1.345.314.060	1.292.854.317	1.116.309.971
2018	1.260.425.687,32	1.266.253.014	1.260.039.985	1.097.476.580
2019	1.358.685.928,67	1.346.588.541	1.336.592.667	1.118.984.333
2020	762.327.398,30	1.251.274.988	1.230.241.709	987.065.117
2021	994.169.556,98	989.372.306	1.151.905.498	782.542.963
2022	1.137.079.663,68	1.042.774.421	1.040.887.977	874.604.419
Δ% 2015-2022	-27%	-34%	-23%	-23%

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados extraídos do Painel do Orçamento Federal (2024).

Elucida-se, pelos dados da Tabela 6, que o montante de recursos de dotação inicial direcionado para a manutenção das ações da Assistência Estudantil, no período retratado, diminuiu em todos os anos, em relação ao ano anterior, exceto em 2019, 2021 e 2022. Os valores de dotação atual, que se referem aos valores iniciais

5 Nesta pesquisa, quando nos reportamos aos valores da Assistência Estudantil, nos referimos aos valores da Ação Orçamentária 4002, destinados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil – incluindo-se os valores do PNAES, PROMISAES e Incluir, direcionados aos estudantes de graduação das universidades públicas federais no Brasil.

do orçamento acrescidos e/ou reduzidos pelos créditos e/ou alterações aprovados, tiveram redução em 2022, em comparabilidade com o ano de 2015, de 34%. Importa destacar que, em 2022, embora tenha se percebido um acréscimo nos recursos para essa política social, tais recursos não foram equivalentes nem aos valores de 2015, sete anos antes.

Sob a dominância do capital fictício, há uma pressão no Estado para que ele reduza sua participação nas políticas sociais. Vasquez (2018) salienta que, na perspectiva dessa vertente, as funções do Estado

se resumem à adoção de políticas, sejam fiscais, monetárias ou públicas, que atendam (ou ao menos, não atentem contra) os interesses de valorização especulativa do capital fictício. A adoção de políticas que descontentem esses interesses é respondida com a alteração do ‘humor’ dos mercados financeiros, impactando no fluxo de capitais e na economia periférica brasileira como um todo (p. 119).

Prioriza-se, portanto, no âmbito da reprodução ampliada do capital, a segurança dos credores. Para fazer valer essa segurança, é necessária a aplicação de políticas de austeridade fiscal capazes de gerar superávits primários necessários para o pagamento dos juros da dívida pública (Barbosa, 2016). Nessa lógica, a retração do orçamento para as áreas sociais, e, em particular, nas reflexões aqui aportadas, para as políticas de Assistência Estudantil, colocam em xeque a perspectiva dessa política como direitos sociais.

Ainda como forma de expandir o entendimento acerca do financiamento da Assistência Estudantil no bojo das configurações da financeirização do capital, a Tabela 7, figurada em seguida, revela a evolução do montante de recursos direcionados ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida (JEAD) pública, feita pela União, relacionando-o aos valores empenhados para a Educação Superior e aos valores empenhados para a Assistência Estudantil nos anos de 2015 a 2022.

**Tabela 7 - Evolução do pagamento do JEAD, dos valores empenhados para a Educação Superior e para a Assistência Estudantil e porcentagem dos valores direcionados à JEAD em relação aos valores empenhados para a Educação Superior e para a Assistência Estudantil (2015-2022)**

Ano	JEAD <sup>6</sup> (A)	Educação Superior (B)	Assistência Estudantil (C)	%B/A	%C/A
2015	622.447.795.998	50.400.533.717	1.345.424.144	8,10%	0,22%
2016	686.338.884.606	46.394.323.334	1.371.524.622	6,76%	0,20%
2017	709.649.925.209	44.985.575.568	1.292.854.317	6,34%	0,18%
2018	810.543.842.664	44.885.354.689	1.260.039.985	5,54%	0,16%
2019	711.793.488.543	44.416.064.356	1.336.592.667	6,24%	0,19%
2020	800.960.677.331	41.255.066.013	1.230.241.709	5,15%	0,15%
2021	653.399.442.563	38.468.728.182	1.151.905.498	5,89%	0,18%
2022	480.684.771.853	36.876.098.758	1.040.887.977	7,67%	0,22%

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados extraídos do Tesouro Nacional Transparente e do Painel do Orçamento Federal (2024).

Nota: Valores em R\$, a preços de dezembro de 2022, corrigidos pelo IPCA.

Do que se percebe na Tabela 7, em todos os anos apreciados para o pagamento da JEAD, foram consumidos do orçamento da União mais de R\$ 500 bilhões de reais, exceto em 2022, no qual esses valores representaram R\$ 480,6 bilhões.

Olhando-se para os valores destinados para a educação superior, verifica-se que o montante de recursos para essa política diminui ano após ano. Os valores destinados à educação superior não ultrapassaram 8,10%, nos anos analisados, em relação aos valores despendidos para a JEAD.

No que concerne aos valores empenhados para a Assistência Estudantil, nos anos de 2015 a 2022, quando em equiparação aos valores reportados para a JEAD, observa-se que o orçamento para a Assistência Estudantil não representou nem 0,03% do orçamento destinado ao pagamento de JEAD. Cabe apontar que o pagamento da dívida pública não entra no rol dos ajustes fiscais e nem no congelamento dos gastos públicos. Esse pagamento tem, pois, prioridade em detrimento das políticas sociais.

Enquanto o orçamento para as políticas sociais se mostra regressivo, sob o signo da financeirização, banqueiros e financistas desfrutavam de elevadas taxas de lucratividade em seus investimentos (Reis; Macário, 2022).

6 Os valores referentes ao pagamento da JEAD, exposto na Tabela 7, não inclui os valores atinentes ao refinanciamento da dívida pública.

No bojo dessa reestruturação capitalista, o financiamento da Assistência Estudantil, para os estudantes de graduação nas universidades públicas federais, sofre os efeitos deletérios de tais políticas, as quais são realizadas em prol do fortalecimento da dívida pública, que alimenta o capital financeiro.

A lógica da financeirização para as políticas de financiamento da Assistência Estudantil andam, pois, na contramão das políticas sociais como direitos de cidadania. O aprofundamento das desigualdades sociais e educacionais, nessa vertente, se faz cada vez mais presente. Buscar alternativas possíveis para reverter essa situação, na qual o mercado é priorizado sob todas as esferas da vida social, parece ser tarefa cada vez mais difícil de ser concretizada no contexto atual de dominância do capital fictício.

## CONCLUSÃO

As reflexões aportadas nesse estudo permitem trazer algumas conclusões, ainda que provisórias, acerca do financiamento da assistência estudantil na conjuntura da financeirização do capital. Realça-se que a ampliação da rentabilidade do capital, sob a égide da financeirização do capital, apresenta rebatimentos diretos nas políticas sociais, portanto, traz impactos negativos para a efetivação do financiamento da Assistência Estudantil, haja vista que o capital rentista, ao buscar expandir os seus lucros, se apropria dos fundos públicos, pois encontram neles uma forma segura de ampliar essa lucratividade.

No período analisado, 2015 a 2022, o pagamento de juros e amortização da dívida pública consumiu entre 38,28% e 50,78% do orçamento geral da União, enquanto para a educação, por exemplo, foram despendidos valores entre 2,49% e 4,10% desse orçamento, deixando entrever que o pagamento da dívida pública, além de causar o arrefecimento das políticas sociais, mostra-se prioritário em relação a estas.

Sob o signo da financeirização do capital, o Estado cada vez mais é instado a equilibrar as suas finanças para assegurar o pagamento dessa dívida. Assim, os recursos para a manutenção das ações da assistência estudantil são solapados ano após ano, o que acaba por fragilizar a Assistência Estudantil, enquanto política de direito social.

Na conjuntura de ampliação do capital rentista, a diminuição dos recursos para o financiamento da assistência estudantil revela a urgência de se buscar alternativas que levem em conta a priorização da destinação das parcelas do fundo público para a implementação das políticas sociais. Pensar em mecanismos que imponham limites a cobranças de juros da dívida pública, estabelecer critérios prioritários de recursos para as políticas sociais como direitos irrestritos (Salvador, 2010), são opções viáveis, que, se colocadas em prática, poderiam minimizar o aumento das desigualdades sociais e educacionais que se assentam no bojo do capital financeirizado na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Flávia Fenix. As contradições do Estado e da dívida pública no capitalismo contemporâneo. **Revista Pesquisa e Debate**. São Paulo, SP, v. 27, n. 2, p. 8-24, Dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/26453>. Acesso: 05 dez. 2023.

BARBOSA, Flávia Félix. Financeirização da Dívida Pública: um exame sobre a reprodução do capital na contemporaneidade. **Revista Pesquisa e Debate**. São Paulo, SP, v. 33, n. 2, p. 1-27, Ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/49153>. Acesso: 05 dez. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, v. 2, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: Decreto nº 7234 ([planalto.gov.br](http://planalto.gov.br)). Acesso: 05 jan. 2024.

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio; SABADINI, Mauricio de Souza. Capital fictício e lucros fictícios. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 24, p. 41-65, jun. 2009. In: GODEIRO, Lucas Lúcio. Uma análise do capital fictício de empresas de capital aberto no Brasil no período de 2003 a 2010. **Revista de Economia Mackenzie**, [S. l.], v. 9, n. 3, 2012. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/3778>. Acesso em 05 jan. 2024

CHESNAIS, François. A ‘nova economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo, SP: Xamã, 2003. p. 43-70.

CHESNAIS, François. Financial Liberalisation and Globalisation from the 1960s onwards and the Return of Financial Crises. In: CHESNAIS, François. **Finance Capital Today: corporations and banks in the lasting global slump**. Boston, Brill Academic Pub., 2016.

CORAZZA, Gentil. Globalização Financeira: a utopia do mercado e a re-invenção da política. **Economia-Ensaio**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 125-140, jul. 2005. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1544>. Acesso: 17 dez. 2023.

EUROPEAN COMMISSION; INTERNATIONAL MONETARY FUND; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT; UNITED NATIONS; WORLD BANK. System of National Accounts 2008. New York: 2009. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/sna2008.pdf>. Acesso: 10 dez. 2023.

MATIAS, Thaisa Simplício Carneiro; MENDES, Áquilas Nogueira; CARNUT, Leonardo. Mundialização financeira e sistema da dívida: considerações ao debate. *In: 9 ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL 16º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, XI e XVI, 13 a 15 de junho de 2023, Vitória (ES, Brasil). Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social [...].* Vitória (ES, Brasil), 2023. p. 1-14, artigo. Disponível em: (PDF) Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social Implicações metodológicas ao pesquisar trabalho controlado por aplicativo 1 Methodological implications when researching app-controlled work 9º Encontro Internacional de Política Social 16º Encontro Nacional de Política Social Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023 (researchgate.net). Acesso em: 10 dez. 2023.

MARTINS, Jonathan Alves. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFRN à luz da abordagem cognitiva de políticas públicas em diálogo com os estudos críticos do discurso (2011 - 2020)**. 2023. 304 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/52452>. Acesso: 08 dez. 2023.

MARX, Karl. **O Capital**. Londres: Penguin Books, v. 3, 1991.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III: o processo global da reprodução capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

NAKATANI, Paulo; GOMES, Helder. A natureza e as contradições da crise capitalista. In: GOMES, Helder (Org). **Especulações e lucros fictícios**. 1ª ed. São Paulo: Outras expressões. p. 247-275, 2015.

REIS, Luiz Fernando; MACÁRIO, Epitácio. Fundo Público em Disputa: Gastos Orçamentários do Governo Central com a Dívida Pública, as Universidades Federais e a Ciência e Tecnologia no Brasil (2003-2020). **Arquivos analíticos de políticas educativas**. Arizona State University, v. 30, n. 33, p. 1-30, mar. 2022. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/download/6629/2792/31802>. Acesso: 19 dez. 2023.

SABADINI, Maurício de S. Trabalho e especulação financeira: uma relação (im) perfeita. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 11, n. 22, p. 241-269, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1422>. Acesso: 08 jan. 2024.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Maria Calvo. **Considerações acerca da hegemonia financeira e a autonomia do Estado**: refletindo sobre uma realidade de bem estar social ou de bem estar privado. 2011. 182f. Dissertação (Mestrado). - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/79450>. Acesso: 05 jan. 2024.

SANTOS, Milena da Silva. Financeirização do capital, “reformas” estruturais e seguridade social no Brasil. **SER Social**. Brasília, DF, v. 21, n. 45, p. 283-300, jul./dez. 2019. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/issue/view/1724](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/1724). Acesso: 06 jan. 2024.

SILVA, Tamara Naiz da. Financeirização contemporânea e precarização do trabalho. **Revista Princípios**, SP, v. 39, nº 159, p. 58-75, jul./out. 2020. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/11>. Acesso: 10 jan. 2024.

TRINDADE, José Raimundo. A dívida pública como componente estrutural do sistema de crédito. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, RJ, v. 13, n. 1, p. 94-125, junho 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34812>. Acesso: 10 jan. 2024.

VAZQUEZ, João Pedro. Estado e capital fictício: o novo regime fiscal no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais** - CSOnline, Juiz de Fora, MG, n. 26, p. 106-131, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17436>. Acesso: 11 jan. 2024.

## **SOBRE OS AUTORES**

---

### **Cristiane Praciano Lauriano de Lima**

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF)), Minas Gerais. Participação no grupo de Estudos em Educação Política do Ensino Superior - CNPq. Atuação docente na Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais), no Ensino Médio na modalidade regular e na Educação profissional. Exercício na função de coordenadora e diretora escolar em um Centro de Educação de Jovens e Adultos no município de Itapipoca/Ce.

E-mail: [cristianepracianolauriano@gmail.com](mailto:cristianepracianolauriano@gmail.com)

### **Maria Aparecida dos Santos Ferreira**

Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). Professora da Rede Estadual de Ensino do RN (1986-2012). Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006-2007). Coordenadora da Especialização em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática (IFRN/*Campus* Macau (2015-2016). Atualmente é docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus São Paulo do Potengi, coordenadora da linha de Política e Práxis da Educação Profissional, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP/IFRN- 2018-2021). A partir de 2021 passou a integrar o grupo de docentes permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, orientando mestrado e doutorado.

E-mail: [maria.santos@ifrn.edu.br](mailto:maria.santos@ifrn.edu.br)

*Recebido em: 25/01/2024*

*Aprovado em: 16/08/2024*